



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

ENTRE A INVISIBILIDADE E A RESISTÊNCIA” A REALIDADE DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (À LUZ DOS CENSOS MUNICIPAIS DE 2020 E 2022)

Silvana Caulla Mendes da Silva¹

RESUMO

Este artigo analisa a realidade de mulheres transexuais e travestis em situação de rua (PSR) na cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, com base nos Censos Municipais de População em Situação de Rua de 2020 e 2022. A partir dos microdados e resultados divulgados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), sistematizamos indicadores e o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que realizou um debate sobre a temática. A partir dos microdados e resultados divulgados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), sistematizamos indicadores demográficos e discutimos limites metodológicos, especialmente a elevada proporção de respostas “não identificadas” para identidade de gênero. Os achados revelam um contingente pequeno, mas persistente, de mulheres transexuais e travestis recenseadas — com aumento entre 2020 e 2022 — e evidenciam subnotificação e barreiras de acesso, no contexto de agravamento das desigualdades estruturais pela crise sanitária. Argumenta-se pela urgência de aprimorar os instrumentos censitários e de fortalecer a rede socioassistencial, com recorte interseccional de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: população em situação de rua; mulheres transexuais; travestis; Covid-19; SUAS; Censo Municipal.

ABSTRACT

This article analyzes the reality of homeless transgender and transvestite women (PSR) in the city of Rio de Janeiro during the COVID-19 pandemic, based on the 2020 and 2022 Municipal Censuses of the Homeless Population, as well as my final project, which hosted a debate on the topic. Using microdata and results published by the Pereira Passos Institute (IPP) and the Municipal Secretariat of Social Assistance (SMAS), and my Final Course Work (TCC), we systematize demographic indicators and discuss methodological limitations,

¹ nanacaulla35@gmail.com. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

particularly the high proportion of “unidentified” responses regarding gender identity. The findings reveal a small but persistent contingent of registered transgender and transvestite women—with an increase between 2020 and 2022—and highlight underreporting and access barriers, amid the worsening structural inequalities caused by the health crisis. It is argued that there is an urgent need to improve census instruments and strengthen the social assistance network, with an intersectional focus on gender, race and class.

Keywords: homeless population; transgender women; transvestites; Covid-19; SUAS ;
Municipal Census

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 intensificou as desigualdades sociais já existentes no Brasil, com efeitos particulares sobre populações historicamente invisibilizadas e marginalizadas. Com uma política neoliberal de valorização da privatização de empresas estatais e políticas sociais, bem como de desregulamentação do mercado e abertura da economia ao capital internacional, a pandemia agrava a situação social e econômica brasileira. O índice de desigualdade de renda da população brasileira está entre os maiores do mundo.

As consequências da pandemia da Covid-19 reverberam na população na forma de baixas remunerações, nos altos preços de gêneros alimentícios, tornando a sobrevivência de milhares de pessoas difícil, contudo, gerando mais pobreza e desigualdade (OXFAM, 2025). No período pandêmico, os serviços públicos foram essenciais para manter a sociedade em funcionamento e reduzir os efeitos da crise sanitária que impactou todos os países do mundo, a partir de março de 2020, mas seus efeitos diferiram significativamente entre os grupos sociais, aumentando as desigualdades já existentes, sobretudo em países periféricos, como no caso do Brasil, marcado por fortes disparidades raciais, sociais e econômicas. Embora muitos setores tenham sido fechados ou paralisados como resultado das restrições e medidas de isolamento, alguns serviços foram considerados essenciais e continuam a funcionar para garantir a sobrevivência da população. Porém, antes da



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

pandemia, o Brasil já era um dos países com maior desigualdade do mundo, segundo o Banco Mundial.

As condições sociais de pobreza, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e o alto grau de informalidade no mercado de trabalho foram alguns dos fatores que deixam as pessoas mais vulneráveis à mercê dos piores efeitos da pandemia. “Ainda em 2019, um estudo do Banco Mundial apontou que o Brasil possuía 51,7 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, 24,7% do total da população, com uma renda mensal de R\$ 387,00 (GEMAQUE, 27 de maio de 2021).

Nesse escopo, destacam-se as mulheres transexuais e travestis em situação de rua, cuja trajetória é marcada por rompimento do vínculo familiar, discriminação no trabalho, violência transfóbica e precarização de meios de vida. Segundo Dias et al. (2024), a ruptura com o padrão cisheteronormativo tem um impacto considerável na desfiliação social e eleva a probabilidade de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans e travestis, irem para as ruas. Os conflitos familiares decorrentes da rejeição ao sistema binário de sexo-gênero são indicados como uma das principais causas do afastamento, como será abordado mais à frente. Isso destaca a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero como um fator social que afeta a saúde. Sendo assim, é importante refletir sobre a juventude atual, cuja realidade é fortemente atingida pela falta de oportunidades educacionais e pela instabilidade em várias áreas do mercado de trabalho. No espaço urbano carioca, essas dinâmicas se expressam de forma aguda no fenômeno da população em situação de rua (PSR).

A disponibilidade de dados locais provenientes dos Censos Municipais de População em Situação de Rua de 2020 e 2022, realizados respectivamente, em outubro de 2020 e em novembro de 2022 — permite observar o período crítico da pandemia e seu desdobramento imediato e as circunstâncias que provocaram a situação de rua de um segmento da população LGBTQIAPN+ que são as mulheres transexuais e travestis, durante a fase mais crítica da pandemia de Covid-19, no município do Rio de Janeiro, e conseqüentemente os desafios que envolvem o seu acolhimento pelos equipamentos da política de assistência social, entendendo como acolhimento adequado aquele voltado para a garantia de direitos e que promove tanto o acesso às políticas públicas, a capacitação profissional dos seus/suas trabalhadores/as acerca da temática de diversidade de gênero e sexual, e o respeito às especificidades de cada usuária. O objetivo deste artigo é (I) descrever o perfil registrado de identidade de gênero nos dois levantamentos, com ênfase nas categorias “mulher transexual” e “travesti”; (II) discutir a subnotificação decorrente das respostas “não



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

identificadas” e “NS/NR”; e (III) relacionar os achados à oferta do SUAS e a experiências de garantia de direitos no município.

METODOLOGIA E FONTE

Trata-se de estudo descritivo-analítico com base nas publicações oficiais do IPP/SMAS sobre os Censos 2020 e 2022 e em sistematizações secundárias acadêmicas.

Consideramos as seguintes variáveis: sexo (masculino/feminino) e identidade de gênero (homem/mulher cisgênero; mulher/homem transexual; travesti; outros; não identificado; NS/NR). Os percentuais são apresentados de duas formas: (a) em relação ao total recenseado; e (b) entre os(as) respondentes que se identificaram em alguma categoria de identidade de gênero (excluindo “não identificado” e “NS/NR”), a fim de reduzir o viés de não resposta.

Limitações: a) os censos municipais não alcançam a totalidade da PSR; b) a pergunta de identidade de gênero pode gerar subdeclaração por medo de discriminação; c) a elevada proporção de “não identificado” compromete a comparação temporal de travestis.

0 Resultados

1) Dimensão geral

- **Total recenseado:** 7.272 pessoas (2020) e 7.865 pessoas (2022)
- **Distribuição por sexo (nascimento/autorregistro):** homens ~81% e mulheres ~19% em ambos os anos.

2) Identidade de gênero — foco em mulheres transexuais e travestis

Os quadros a seguir sintetizam as respostas de identidade de gênero nos dois censos. Para leitura, apresentamos números absolutos e dois tipos de percentual: % **total** (sobre o total recenseado) e % **identificado** (sobre o conjunto de pessoas que escolheram uma categoria de identidade de gênero que não “não identificado/NS/NR”).

Quadro 1 – Identidade de gênero — Rio de Janeiro, Censo PSR 2020

Categoria	N	% total	% identificado
Homem cisgênero	3.323	45,7%	80,2%
Mulher cisgênero	682	9,4%	16,5%



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Mulher transexual	38	0,52%	0,92%
Travesti	13	0,18%	0,31%
Homem transexual	18	0,25%	0,43%
Outros	68	0,94%	1,64%
Não identificado	3.034	41,7%	—
NS/NR	96	1,32%	—
Total	7.272	100%	100% (n=4.142)

Quadro 2 – Identidade de gênero — Rio de Janeiro, Censo PSR 2022

Categoria	N	% total	% identificado
Homem cisgênero	3.522	44,8%	82,7%
Mulher cisgênero	578	7,4%	13,6%
Mulher transexual	39	0,50%	0,92%
Travesti	17	0,22%	0,40%
Homem transexual	30	0,38%	0,70%
Outros	76	1,0%	1,78%
Não identificado	3.593	45,7%	—
NS/NR	10	0,13%	—
Total	7.865	100%	100% (n=4.262)



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Leituras principais:

1. O contingente absoluto de mulheres transexuais e travestis recenseadas aumentou de 51 pessoas em 2020 (38 mulheres trans + 13 travestis) para 56 em 2022 (39 mulheres trans + 17 travestis).
 2. Em termos proporcionais entre quem se identificou, mantiveram-se patamares próximos: cerca de 1,23% (2020) e 1,31% (2022) somando mulheres trans e travestis. Em relação ao total recenseado, os percentuais permanecem abaixo de 1% em ambos os anos.
 3. A proporção de “não identificado” é muito elevada e cresce de 2020 (41,7%) para 2022 (45,7%). Isso limita inferências e sugere subnotificação — plausivelmente maior justamente entre pessoas trans e travestis, devido a estigma, medo de violência e desconfiança institucional.
-

Discussão

1) Pandemia e agravamento da desproteção social

A Covid-19 produziu choques simultâneos de renda, vínculos e saúde, principalmente para as mulheres transexuais e travestis, já afetadas por discriminação estrutural. Além das enfermidades crônicas, a pandemia de Covid-19 evidenciou as deficiências dos sistemas de saúde e sociais. Com a propagação acelerada do vírus e seus efeitos sociais derivados das consequências econômicas, demonstraram a relevância de um sistema de saúde pública adequadamente preparado e com habilidade para responder de modo rápido, o que não aconteceu no Brasil em função do negacionismo do governo federal. Destacamos as mulheres trans e travestis em situação de rua, que, além do enfrentamento diário dos preconceitos, são um dos grupos dentro a PSR que têm mais probabilidade de sofrer violências e violações de direito. Os fatores são diversos, como desemprego, insegurança alimentar, instabilidade de moradia, baixo potencial salarial e transfobia. No entanto, a falta de políticas públicas para essa população ou a existência de ações dos governos são pontos que contribuem para que consigam a cidadania plena. Mas, o fato é que as mulheres trans e travestis em situação de rua vivenciam uma condição bastante desigual, dada a particularidade que se soma ao preconceito, à violência e à discriminação relacionada à identidade de gênero e orientação sexual. Nesse contexto, sofrem com a discriminação nas diversas esferas da sociedade binarista, que provém de uma construção histórica machista e heteronormativa, marginalizando o grupo que não segue a normativa



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

determinada pelos padrões impostos pela lógica do capital, além da falta de compreensão da diversidade de gênero e sexual.

A pandemia da Covid-19 foi um exemplo da complexidade diante dos serviços assistenciais às mulheres transexuais e travestis. Perante uma crise sanitária, observou-se um aumento de travestis e mulheres transexuais morando nas ruas, situação provocada pelo desemprego, violência doméstica, transfobia, uso de drogas e questões relacionadas à saúde mental. Nas grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, o quadro não foi diferente, mulheres transexuais e travestis agruparam-se no centro das cidades, onde mantinham a sua renda trabalhando na informalidade.

Ao buscar os serviços de saúde, no período pandêmico, as travestis e mulheres transexuais enfrentam situações de preconceito, em alguns casos desrespeitando a orientação sexual e a identidade de gênero de cada indivíduo. A não referência ao nome social de travestis e mulheres transexuais — mesmo quando performam um corpo feminino —, sendo chamadas pelo nome que não condiz com a sua identidade de gênero — e sim pelo nome morto — ao acessarem as instituições tanto assistenciais como de saúde, causa constrangimento e viola o direito de respeitar o nome social ou requalificação civil, de acordo tanto com o Decreto Federal n.º 8.727 / 2016 que “Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional” como com a Portaria do Ministério da Saúde n.º 1.820, de 13 de agosto de 2019, que dispõe sobre o direito dos usuários da saúde, entre eles o nome social

A pandemia destacou a urgência de investir em infraestrutura de saúde, capacitação de profissionais e relevância de um planejamento apropriado em casos de emergência de saúde pública. Se tratando de mulheres transexuais e travestis em situação de rua, a questão intensifica-se, pois ao viverem em situação de falta de moradia, constituem um grupo populacional que se encontra em uma condição de elevada violação de direitos, em relação ao HIV e à AIDS, e as origens desse estigma são múltiplas e estão profundamente ligadas à determinação social do processo saúde-doença. Além disso, a carência de informações precisas e de acesso a serviços de saúde adequados pode culminar em diagnósticos tardios e limitações no tratamento, o que, por sua vez, está associado a índices de desigualdade.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Com a redução das atividades informais (inclusive o trabalho sexual), o fechamento de equipamentos, a sobrecarga de serviços e a precarização do trabalho socioassistencial elevaram a exposição a violências, fome e adoecimento. Com isso, as mulheres transexuais e travestis se encontram em uma situação de desproteção social.

Encontrar os serviços necessários para proteção da vida e garantia de direitos durante a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 foi desafiador. Tais serviços funcionaram em sistema remoto, dificultando ainda mais o acesso às pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua.

Como essas problematizações, podemos verificar como tais pessoas são tão invisibilizadas pela sociedade, a exemplo das travestis e mulheres transexuais em situação de rua, que enfrentaram período pandêmico, com dificuldades para conseguir atender suas necessidades sociais.

Portanto, considerando a problematização sobre a população LGBTQIAPN+, principalmente mulheres transexuais e travestis, se faz necessária a urgência de políticas públicas que englobem a comunidade, principalmente as que estão em situação de rua no Brasil. É crucial ter um olhar cuidadoso para as razões da desproteção social dessas pessoas, que incluem a discriminação e a ausência de acesso a serviços fundamentais. Além disso, é necessário um maior investimento em programas de acolhimento e capacitação de profissionais para lidar com as demandas específicas desse grupo.

2) Limitações de mensuração e riscos de invisibilidade

Os percentuais muito baixos para “mulher transexual” e “travesti” — mesmo somados — contrastam com a literatura que indica superrepresentação de pessoas trans na PSR quando comparadas à população geral. Três hipóteses ajudam a explicar o descompasso: (I) subdeclaração por medo de discriminação durante a abordagem; (II) formulação da pergunta e exemplos de categorias que podem não abarcar a diversidade das identidades; e (III) não resposta massiva, que desloca indivíduos para “não identificado”. Melhorias metodológicas — como treinamento específico das equipes, abordagem com pares, sigilo reforçado, linguagem inclusiva e opções de autorrelato — são recomendadas para reduzir vieses.

3) Interseccionalidades: gênero, raça e classe

Relatos e estudos apontam que a trajetória que empurra mulheres transexuais e travestis para a rua combina expulsão familiar e escolar, barreiras no mercado de trabalho formal, racismo, violências urbanas e criminalização. Segundo Dias et al. (2024), a ruptura com o



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

padrão cisheteronormativo tem um impacto considerável na desfiliação social e eleva a probabilidade de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans e travestis, irem para as ruas. Os conflitos familiares decorrentes da rejeição ao sistema binário de sexo-gênero são indicados como uma das principais causas do afastamento.

A pandemia agravou tais linhas de opressão, ampliando a dependência de redes de solidariedade, do Cadastro Único e de ofertas emergenciais (refeições, higiene, abrigo provisório), muitas vezes insuficientes e com baixa aderência para pessoas trans devido a regras de acesso e convivência incompatíveis com sua identidade de gênero (por exemplo, acolhimentos segregados por sexo sem respeito ao nome social e ao uso de banheiros).

4) SUAS e respostas locais

O SUAS dispõe de serviços tipificados para a PSR (abordagem social, Centro POP, acolhimentos institucionais, um deles especializado para o atendimento para pessoas LGBTQIAPN em situação de rua, como o Albergue a Mais Tempo da Secretaria Municipal de Assistência Social). Porém, a realidade dos equipamentos do SUAS é permeada pelo enfrentamento do desfinanciamento e precarização do trabalho. No município do Rio, a cobertura dos serviços e a articulação com a saúde (consultórios na rua), direitos humanos e políticas de emprego e renda são cruciais. Recomenda-se: (a) protocolos específicos para atendimento a pessoas trans e travestis (nome social, acesso a hormonioterapia, prevenção combinada em saúde, enfrentamento à violência); (b) vagas de acolhimento que respeitem a identidade de gênero e garantam segurança; (c) formação continuada das equipes; (d) intersetorialidade com habitação, trabalho e educação; e (e) participação social de coletivos trans na governança.

Recomendações

1. Aprimorar a mensuração: revisar o instrumento censitário (linguagem, exemplos e múltiplas opções), ampliar treinamento antidiscriminatório e adotar abordagens com pares (agentes trans), reduzindo “não identificado”.
2. Garantir acolhimentos afirmativos: criar/qualificar vagas com respeito à identidade de gênero, banheiros e dormitórios adequados, protocolos contra transfobia e mediação de conflitos.
3. Renda e trabalho: ampliar frentes de trabalho, capacitações e intermediação de emprego na lógica do trabalho protegido, com recorte para mulheres trans e travestis.
4. Saúde e redução de danos: intensificar Consultórios na Rua, acesso à saúde mental, IST/HIV e cuidados específicos (nome social, hormonioterapia, profilaxias), com fluxos pactuados com a rede socioassistencial.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

5. Produção de conhecimento: publicar microdados anonimizados e painéis públicos com recortes de gênero e raça; realizar inquéritos qualitativos sobre barreiras e violências.

Considerações finais

Os Censos Municipais de 2020 e 2022 oferecem uma base inédita para observar mulheres transexuais e travestis na PSR do Rio em período de forte tensão social. Embora os números absolutos sejam pequenos e afetados pela alta não identificação, o padrão de permanência e o leve crescimento indicam que a questão não é conjuntural. A invisibilidade estatística produz invisibilidade política; superá-la exige melhores dados e respostas públicas centradas em direitos, dignidade e autonomia, com protagonismo das próprias mulheres transexuais e travestis.

A pandemia de Covid-19 evidenciou e agravou essas desigualdades, atingindo de forma desproporcional grupos vulnerabilizados, como a população negra, mulheres racializadas, trabalhadores informais, pessoas em situação de rua, especialmente mulheres transexuais e travestis. Ressalta-se a necessidade de políticas públicas integradas, inclusivas e intersetoriais que garantam direitos, promovam a justiça social e enfrentem o racismo estrutural e a transfobia. O fortalecimento do Estado e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é fundamental para assegurar a dignidade e cidadania plena dessas populações, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Durante a pandemia de Covid-19, observou-se o agravamento das condições de vida de pessoas em situação de rua, sobretudo das mulheres trans e travestis que historicamente vivenciavam violências e violações de direitos, com a insuficiência das políticas públicas, principalmente a política de saúde e assistência social, que deveriam garantir acolhimento, proteção social e acesso a direitos fundamentais. A falta de serviços específicos e acolhimento institucional que atuam na diversidade de gênero e sexual contribuiu para a exclusão dessas mulheres.

Portanto, a superação da realidade vivida por mulheres transexuais e travestis em situação de rua exige uma atuação do Estado, comprometida com os princípios da equidade e da dignidade humana. É urgente a produção de dados qualificados, com recorte de gênero e racial, bem como a construção de políticas públicas integradas, que respeitem de forma digna essas mulheres. Só assim será possível romper com o ciclo de marginalização e garantir o acesso à cidadania.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Referências

DIAS, P. W. et al. Pessoas trans e travestis em situação de rua em Salvador: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e de acesso aos serviços socioassistenciais e de saúde, 2021 e 2022. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, n. spe1, 2204. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/mYBb7PwRh4rBBW6mYPBdmWv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Instituto Pereira Passos (IPP); Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS); Secretaria Municipal de Saúde (SMS). *Censo de População

OXFAM BRASIL. Às custas de quem? Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forumeconomico-de-davos/as-custas-de-quem>.

GEMAQUE, A. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil. **FIOCRUZ**. Centro de estudos estratégicos. 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-nobrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024.